

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**CATIA REGINA HEMPE KETTERMANN**

**AVALIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA PONCHO VERDE - PANAMBI-RS**

**Palmeira das Missões/RS**

**2012**

CATIA REGINA HEMPE KETTERMANN

**AVALIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA PONCHO VERDE - PANAMBI-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado ao Curso de Especialização em  
Gestão Pública Municipal – modalidade a  
distância da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito para a  
obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

**Palmeira das Missões - RS**

**2012**

CATIA REGINA HEMPE KETTERMANN

**AVALIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA PONCHO VERDE - PANAMBI-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 12 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Lilian Weber

---

Prof Ariel Behr

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por sua infinita bondade e bênçãos em minha vida.

Ao Anderson Kettermann, meu esposo, que sempre esteve ao meu lado me apoiando a fim que pudesse atingir meus objetivos.

À tutora Rosária Moraes e ao orientador Prof. Pedro Costa que me acompanharam durante o processo de construção deste trabalho, pela atenção e dedicação.

A todos os professores que atuaram durante a realização do curso, meus agradecimentos.

A equipe do Polo UAB/Panambi/RS, que não mediram esforços a fim de que o curso se realizasse e sempre estiveram incentivando nos momentos presenciais.

A coordenadora do Polo da UAB/Panambi, Prof<sup>a</sup> Solange e a tutora presencial Rúbia, meus agradecimentos.

A minha mãe, meu incentivo durante a realização do curso, exemplo a ser seguido, meu carinho especial.

Dedico também ao meu pai, ao meu irmão e a minha irmã, que mesmo estando longe, muito me incentivaram.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram, meu muito obrigado!

## RESUMO

Os Conselhos Escolares representam um espaço onde a democracia pode ser exercida através de canais de comunicação, espaços públicos abertos à população, onde esta pode, por meio de mecanismos de participação, deliberar sobre assuntos destinados a políticas públicas. O objetivo geral desta pesquisa voltou-se em verificar a participação do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, Panambi/RS. Os objetivos específicos consistiram em: Caracterizar o Conselho Escolar; Coletar dados referentes aos objetivos e participantes do Conselho Escolar; Citar desafios encontrados pelos participantes do Conselho; Verificar como é a relação do Conselho Escolar com a comunidade escolar e de que forma é realizada a participação do Conselho Escolar; Analisar as contribuições da participação do Conselho Escolar, com vistas à qualidade da educação. A pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa e utilizou o método do estudo de caso, combinado com pesquisa bibliográfica. A ferramenta metodológica questionário foi aplicada a todos os membros titulares que compõem o Conselho Escolar na Escola de Educação Básica Poncho Verde - Panambi/RS,. A partir das respostas dos conselheiros foi possível comparar e analisar as mesmas a luz da Lei da Gestão Democrática em relação à participação e as dificuldades deste colegiado. O Conselho Escolar na escola pesquisada já existe há dezenove anos e possui representatividade dos seguintes segmentos: pais, alunos, professores e funcionários, sendo que o gestor é membro nato no Conselho. O Conselho Escolar é uma forma democrática que a escola tem de resolver os problemas e as demandas que surgem no cotidiano escolar. O gestor não é mais aquela “figura” que tem a única voz para resolver as problemáticas que surgem no interior da escola, esse com a criação do Conselho Escolar, tem a Comunidade Escolar ao seu lado, para dividir as decisões em relação às várias demandas tais como: rematrícula, evasão escolar, problemas com aprendizagem na sala de aula, gastos e aplicação de verbas, entre outras demandas.

Palavras- chaves: Conselho Escolar. Representatividade. Participação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa – Localização de Panambi no RS.....	23
Figura 2 - Gráfico População do Município de Panambi .....	24
Figura 3 - Pirâmide Etária da População de Panambi .....	25
Figura 4 - Localização na Escola Google Earth .....	26
Figura 5 - Matrícula Inicial nas Escolas de Panambi .....	28
Figura 6 - Matrícula Por Etapa/ Modalidade de Ensino .....	29
Figura 7 - Representatividade por Segmento no Conselho Escolar .....	31
Figura 8 - Idade dos Integrantes do Conselho Escolar da Esc. Poncho Verde .....	31
Figura 9 - Percentual de devoluções dos questionários do Conselho Escolar .....	33

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Benefícios da Participação na Solução de Problemas por Etapas	17
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 CONSELHOS GESTORES: ESPAÇO DE DEMOCRACIA .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES .....	11
1.2 CONSELHOS ESCOLARES .....	15
1.3 LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	18
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA.....	21
<b>3 AVALIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR .....</b>	<b>23</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DO MUNICÍPIO.....	23
3.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO.....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APENDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SEGMENTOS QUE REPRESENTAM O CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PONCHO VERDE .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Os Conselhos Escolares representam um espaço onde a democracia pode ser exercida através de canais de comunicação, espaços públicos abertos à população, onde esta pode, por meio de mecanismos de participação, deliberar sobre assuntos destinados a políticas públicas.

A participação do Conselho Escolar representa a voz da comunidade escolar nas decisões a que cabe ao Conselho atuar. Dessa forma, a avaliação do Conselho Escolar remete-nos a questão da análise deste, sua atuação, importância e desafios encontrados, bem como das funções que o Conselho assume perante a comunidade escolar.

O Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Poncho Verde, Panambi/RS, tem 19 anos desde sua implementação, que ocorreu em 1992.

Dentro deste contexto, esta pesquisa procurou avaliar quais os principais avanços e as dificuldades obtidos com a participação da comunidade escolar através da Avaliação do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde – Panambi/RS?

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar os avanços e dificuldades do processo de participação no Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, Panambi/RS, nas decisões da Escola.

E os objetivos específicos consistiram em: Caracterizar o Conselho Escolar; Coletar dados referentes aos objetivos e participantes do Conselho Escolar; Citar desafios encontrados pelos participantes do Conselho; Verificar como é a relação do Conselho Escolar com a comunidade escolar; Verificar de que forma é realizada a participação do Conselho Escolar; Analisar as contribuições da participação do Conselho Escolar, com vistas à qualidade da educação.

Em busca deste objetivo, tornou-se imprescindível, caracterizar o Conselho Escolar, pesquisar a história da implantação do referido Conselho Escolar; também conhecer a opinião dos diferentes segmentos da comunidade escolar que fazem parte e atuam junto ao Conselho, verificar e descrever quais as formas de atuação do Conselho nas decisões junto ao Gestor Escolar.

A pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa e utilizou o método do estudo de caso, combinado com pesquisa bibliográfica. A ferramenta metodológica questionário foi aplicada aos quatorze titulares, mais o membro nato, que compõem o Conselho Escolar na Escola de Educação Básica Poncho Verde - Panambi/RS. A partir das respostas dos

conselheiros foi possível comparar e analisar as mesmas a luz da lei de gestão democrática e tirar as conclusões sobre a participação e as dificuldades deste colegiado.

O foco da pesquisa está na importância da gestão democrática e participativa, tratada no âmbito Estadual aonde tem-se participação do cidadão, ou que se espera ter. A participação da comunidade, da forma de Conselho Escolar, torna mais participativa a gestão democrática, sendo de suma importância rever e analisar a forma como vem sendo realizada as atividades de competência do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, em Panambi/RS.

Este trabalho está estruturado em três capítulos: O primeiro capítulo dedica-se a descrever considerações importantes sobre a participação da população e as relações atuais de participação. Logo após será descrita a Lei da Gestão Democrática nº. 10576, de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº. 11695, de dez de dezembro de 2001, que tem como objetivo buscar a participação da Comunidade Escolar nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. No segundo capítulo é descrito o método de pesquisa, para a coleta de dados e a sistematização dos dados coletados. O terceiro capítulo consiste na apresentação dos dados coletados, como: a história e a localização da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde localizada, a implantação do Conselho Escolar desta Escola, o Estatuto que rege a atuação deste Conselho Escolar, a atual formação deste, de forma que seja possível verificar quais os segmentos da comunidade que fazem parte e de que forma esta participação vem ocorrendo. Também neste capítulo são apresentados os resultados e análise dos dados coletados através da pesquisa realizada com os integrantes do Conselho Escolar em estudo, em busca de obter respostas as questões levantadas inicialmente através da questão da pesquisa, e dos objetivos desta; e por fim, são expostas as considerações finais.

## 1 CONSELHOS GESTORES: ESPAÇO DE DEMOCRACIA

Este primeiro capítulo dedica-se a contextualizar a participação popular e os instrumentos utilizados na atual formação de práticas participativas no âmbito estadual. Também é neste capítulo que a Lei da Gestão Democrática é apresentada, a fim de dar embasamento para a pesquisa realizada no Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, Panambi/RS.

### 1.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Dentro do contexto de redemocratização do país, na década de 1980, houve a mobilização dos movimentos populares em busca da participação na gestão pública. A institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas deu-se neste momento. Assim, os conselhos possuem caráter de ação política aliado ao saber popular (BRASIL, 2006).

A mudança social tem delineado uma administração aberta, transparente e de diálogo constante com a sociedade. “A importância que adquire a participação cidadã para as administrações confirma essa inclinação em uma espécie de nova reconfiguração, em que os cidadãos passam a ter um protagonismo mais relevante” (SILVA E CUNHA, 2010, p. 37).

Para Silva e Cunha (2010), o atual instrumento de participação é visto como uma aposta na participação cidadã juntamente com a eficiência administrativa, incorporando a integridade da gestão e a relação com o ambiente como variáveis. Os cidadãos tornam-se ponto de referência na gestão pública (REICHARD, 2002, apud SILVA e CUNHA, 2010), ampliando a usual interpretação do cidadão como cliente a um composto híbrido onde tem espaço uma concepção política do cidadão.

Os autores Silva e Cunha (2010) destacam a preocupação com a participação cidadã por três dimensões diferentes que confluem na importância da participação na gestão pública:

1. Política: em busca de elevar a confiança dos cidadãos, no trabalho institucional, têm que facilitar e coordenar o espaço público para dar espaço a cidadania e a sociedade.

2. Administrativa: as mudanças sociais revelam uma sociedade diferente, que exige mudanças nas formas de comunicação e relação. Também reforçando o contato com os cidadãos, através de uma forma de trabalho mais horizontal e relacional.

3. Social: nota-se um cenário de relações contingentes que abraçam o problema do público a partir do envolvimento dos cidadãos no espaço público. Assim as críticas surgem no sentido de: o que se prioriza, como e quem participa, sob um olhar de transparência e participação.

Esses autores ainda destacam que essas três dimensões levam a um contexto de participação cidadã como ponto central, em busca de melhorar as relações entre governo local e os cidadãos. Neste sentido, medidas são tomadas para que se possa alcançar maior transparência na gestão, também fomentar a participação cidadã através de instrumentos tradicionais e novos, como a consulta aos cidadãos, conselhos de bairros, instrumentos que vinculem a participação a processos de tomada de decisão, que implementem formas mais flexíveis de participação, e que incluam a população não organizada (SILVA E CUNHA, 2010).

“A participação que se expande para atividades administrativas inclui, por exemplo, a participação de trabalhadores na gestão das empresas; dos usuários na gestão dos serviços públicos, dos estudantes e funcionários na gestão de universidades e escolas, etc.” (BENEVIDES, 1991, p.18)

A democracia no país possibilita a autonomia administrativa e política do município. Também torna possível uma administração direta e indireta local mais independente. Esta forma federativa, conforme Salles (2010) abre espaço para inovações institucionais, no caso dos conselhos, incumbidos das competências descritas na legislação constitucional. No caso dos conselhos gestores de políticas públicas, estes foram considerados obrigatórios no que tange ao repasse de recursos federais e no processo de descentralização e democratização das políticas sociais.

Salles (2010, p. 45) ainda salienta: “A crença no papel relevante dos conselhos quanto aos dois processos – descentralização e democratização – deriva de duas de suas características: o fato de estarem vinculados ao Poder Executivo [...] e o fato de neles estarem representados os setores organizados da sociedade.”

Os conselhos de gestão de políticas públicas são caracterizados essencialmente como conselhos da cidadania, sociais ou populares, tornando-se a expressão de uma institucionalidade cidadã. Representam atualmente uma estratégia de democratização das ações do Estado.

Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do trabalho, dos esportes, da assistência social, da previdência social, do meio ambiente, da ciência e tecnologia, da defesa dos direitos da pessoa humana, do desenvolvimento urbano. Em diversas áreas há conselhos atendendo a categorias sociais ou programas específicos (BRASIL, 2006, p.17)

Tem-se que um conselho constitui uma assembleia de pessoas, de natureza pública, reunida no sentido de aconselhar, dar parecer, deliberar sobre questões de interesse público. São formas de deliberação coletiva, representando os diferentes setores da sociedade.

Em geral, as normas sobre conselhos referem-se às funções: deliberativa, normativa, consultiva, mobilizadora, mediadora, fiscal, recursal entre outras (BRASIL, 2006). As quatro principais competências dos Conselhos são:

- Deliberativa: tem essa função quando a lei atribui ao conselho competência para decidir em instância final, sobre determinadas questões. Sendo assim, o conselho tem a função de deliberar e encaminhar ao Executivo para que este execute a ação através de ato administrativo.

- Consultiva: é exercida por meio de pareceres, para dar assessoramento, respondendo a consultas do governo ou da sociedade, interpretando a legislação ou propondo medidas e normas no sentido de aperfeiçoamento. Ao executivo cabe aceitar ou não e dar eficácia administrativa ao parecer do conselho.

- Fiscal: para esta função é necessário que o conselho tenha poder deliberativo, acompanhado de poder de polícia. Cabe ao conselho, quando a este é revestido de competência legal para fiscalizar a legalidade ou legitimidade das ações e o cumprimento de normas, aprová-las ou determinar as providências necessárias para as alterações.

- Mobilizadora: busca a ação efetiva de mediação entre governo e sociedade. Também visa estimular estratégias de participação e efetivação do compromisso de todos pela promoção dos direitos educacionais e da qualidade da educação.

As funções normativas, recursal e outras têm caráter deliberativo ou consultivo, conforme as competências que a lei confere ao conselho e o grau de autonomia. Em instância final, a não ser nos casos em que o conselho assume funções executivas, as decisões do conselho dependem do ato administrativo da homologação pelo Executivo, para serem concretizadas (BRASIL, 2006).

Conforme OCDE (2001, apud SILVA E CUNHA, 2010, p.23): “a participação já não é observada como um custo em detrimento da eficiência administrativa, mas como um custo necessário para alcançar a eficiência.” Não se trata da participação somente, mas da

criação de estruturas institucionais necessárias para que a participação possa ser possível, o que requer custos de organização e recursos.

Tem-se ainda as palavras de Silva e Cunha (2010), que expressam que a emergência de participação surgem em um contexto de insatisfação política dos cidadãos e das decisões executivas de legitimação. Aos cidadãos é reservado o direito de participar, para o fim de influenciar nas decisões dos governantes. Essa participação baseia-se na capacidade organizativa dos cidadãos, do apoio para projetos ou propostas, e da pressão sobre as elites políticas. “É uma participação de protesto, que transforma os cidadãos em defensores dos direitos e das liberdades, fazendo desta um contrapeso ao poder dos representantes” (SILVA E CUNHA, 2010, p.28).

A participação é caracterizada por uma força de atuação consciente, onde os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de influenciar na dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e resultados, poder resultante de competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas (LÜCK, 1998).

Para Salles (2010), apesar dos conselhos terem sua criação inspirados em ação democratizante, estudos mostram que os conselhos enfrentam problemas no sentido de criar espaços de efetivo diálogo entre sociedade civil e governo. “Um dos efeitos da atuação dos conselhos é a reivindicação pela inclusão de novos atores no processo de participação e na demanda pela inserção de novos temas da agenda pública” (p.52).

Para Benevides (1991), os governos e partidos políticos utilizam-se da participação como publicidade, palavra chave que supostamente sustenta esta proposta de democratização. A prática da participação acaba por ser desmoralizada. A cidadania ativa através da participação é considerada princípio democrático e não uma receita política, aplicada como propaganda. É a realização concreta mais importante que a atividade eleitoral que se esgota na escolha dos cargos executivos e legislativos. Para Benevides “Essa participação ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes” (BENEVIDES, 1991, p. 20).

Assim, os conselhos se empenham no sentido de interferir no direcionamento das políticas públicas, bem como precisam pressionar o Executivo para ceder-lhes o poder de deliberação.

## 1.2 CONSELHOS ESCOLARES

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades: escolar e local. Têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, bem como analisar as ações com vistas a cumprir as finalidades da escola. Assim, representam um lugar de participação e decisão, discussão e negociação, possibilitando desta forma a participação social e promovendo a gestão democrática. “Os Conselhos Escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade” (BRASIL, 2006, p.34).

Os Conselhos de Educação são órgãos de deliberação coletiva na gestão dos sistemas de ensino. A autonomia da escola para vivenciar uma gestão participativa está prevista no Art. 17 da Lei de Diretrizes e Bases, que afirma o grau de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira (BRASIL, 2006).

A Lei de Diretrizes e Base (LDB) confirma em seu artigo 14, que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de acordo com as suas peculiaridades, onde se pretende pelos princípios: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e, a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Também essa visão é retomada no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Este plano estabelece objetivos e prioridades que visam orientar as políticas públicas de educação no período de dez anos. Dentre os seus objetivos, destacam-se a democratização da gestão do ensino público, bem como a descentralização da gestão educacional, para assim fortalecer a autonomia da escola e garantir a participação da sociedade na gestão da escola e da educação.

Segundo Luck (1998, p.119) “Democratizar a gestão implicou introduzir mecanismos que assegurem a participação dos diversos segmentos da sociedade, na formulação e execução de propostas educacionais e no controle da qualidade de ensino”. Com a finalidade de determinar estas novas relações de poder, também é possível fortalecer a autonomia da escola e sua estreita ligação com a comunidade.

A maior participação de professores, pais, alunos, funcionários, diretor e comunidade escolar, tem sido percebida e estimulada com o movimento em favor da descentralização e democratização das escolas públicas, que teve início na década de 1980.

Este movimento, conforme Lück (1998) tem encontrado apoio nas reformas legislativas, e concentra-se em três vertentes básicas:

1. Participação da comunidade escolar na seleção dos diretores da escola;
2. Criação de Conselho Escolar que tenha autoridade deliberativa e poder decisório
3. Repasse de recursos financeiros às escolas, assim como aumento de sua autonomia;

Lück (1998), ainda destaca os conselhos escolares, que incluem representantes dos professores, dos funcionários, dos pais e o diretor da escola, tem obtido níveis variados de sucesso. É importante reconhecer que, mesmo tendo interesse e desejo de participar da formulação e construção de destinos, é difícil aceitar, rapidamente, o ônus de fazê-lo, e acabam demonstrando comportamento de resistência ao envolvimento nas ações necessárias as mudanças desejadas.

Para a escolha dos membros dos Conselhos Escolares deve-se primar pela possibilidade de efetiva participação, representatividade, disponibilidade e compromisso (BRASIL, 2006).

Algumas estratégias foram identificadas por Lück (1998) a fim de facilitar a participação. Dentre estas se destacam: identificar as oportunidades apropriadas para ação e decisão compartilhada; estimular a participação dos membros da comunidade escolar; estabelecer normas e transformar ideias individuais em coletivas; garantir os recursos necessários e prover reconhecimento coletivo na participação e conclusão das tarefas.

A utilização de técnicas participativas para a solução de problemas e para a tomada de decisão é que torna mais efetiva a abordagem que se espera ter dos conselhos escolares, levando a equipe escolar, professores, pais e alunos a assumirem maiores responsabilidades.

A seguir, destaca-se no Quadro 1 os benefícios da participação na solução de problemas, partindo da proposta de organizar a forma de debate e resposta a questão/problema em etapas. Assim, está organizado de forma que os benefícios são obtidos na participação em cada etapa do processo. Estas etapas referem-se em relação à visão preliminar: consciência do problema, diagnóstico e definição; em relação à solução: geração de alternativas, teste de alternativas e escolha das alternativas; em relação ao plano de ação: desenvolvimento de um plano de ação, comunicação do plano, implantação do plano de ação; e em relação à retroalimentação: acompanhamento e avaliação.

**Quadro 1: Benefícios da Participação na solução de Problemas por etapas**

<b>Etapas</b>	<b>Papel da participação</b>
1. Consciência do problema	Permite concentrar a atenção na existência do problema. Onde não há vias de comunicação abertas, os problemas correm o risco de não serem trazidos à tona para serem solucionados e, então, são agravados.
2. Diagnóstico do problema	Traz outras visões para assegurar que o problema seja corretamente diagnosticado. Expande a rede de coleta de dados. Ajuda a ganhar a aceitação e o envolvimento dos interessados na solução de problemas. A participação e a consulta nesta etapa permitem acelerar a implantação da solução.
3. Definição do problema	Ajuda a ganhar a aceitação e o envolvimento dos interessados na solução de problemas. A participação e a consulta nesta etapa permitem acelerar a implantação da solução.
4. Geração de alternativas	Reconhece e incorpora o conhecimento profissional dos professores no nível de decisão da escola, e dos diretores, no nível de decisões municipais e estaduais.
5. Teste de alternativas	O <i>feedback</i> e a retificação são muito mais confiáveis quando os responsáveis pela implantação estão também envolvidos no teste das alternativas.
6. Escolha de alternativas	Permite garantir o comprometimento dos participantes com a alternativa escolhida. Também ajuda a minimizar sabotagem e boicote às soluções selecionadas.
7. Desenvolvimento de um plano de ação	Ganha o comprometimento daqueles que têm a implantar e assumir as tarefas.
8. Comunicação do plano	Ajuda a facilitar a compreensão sobre como as decisões podem afetar àqueles que estão fora da unidade e a reduzir possíveis sabotagens.
9. Implantação do plano de ação	Ajuda a garantir um esforço coordenado da equipe, contanto que tenha havido participação nas etapas anteriores.
10. Acompanhamento e avaliação	Permite assegurar o <i>feedback</i> adequado sobre os sucessos, como também os problemas daqueles diretamente afetados.

Fonte: LÜCK, 2010, p. 65.

Neste sentido, destacam-se algumas vantagens da participação dos Conselhos Escolares tais como: as decisões refletem a pluralidade de interesses e visões que refletem os diferentes segmentos envolvidos; maior capacidade de fiscalização e controle sobre a execução da política educacional; maior transparência nas tomadas de decisões; garante espaço para a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, contribuindo para a expressão das variadas opiniões, para as discussões dos problemas e a busca de soluções (BRASIL, 2006).

Portanto, conforme se percebe, é grande a importância da participação dos diversos segmentos da sociedade, bom como dos Conselhos Escolares como forma organizada desta participação, agindo em busca de transformações no cotidiano escolar.

### 1.3 LEI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

A Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, conhecida como Lei da Gestão Democrática do Ensino Público pelo seu caráter democrático, de participação e mobilização da comunidade local de forma a participar dos processos decisórios.

A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida conforme os seguintes preceitos:

- I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e em órgãos colegiados;
- IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- V - garantia da descentralização do processo educacional;
- VI - valorização dos profissionais da educação;
- VII - eficiência no uso dos recursos.

Conforme o Artigo 2º da referida lei, os estabelecimentos de ensino são órgãos autônomos, na gestão administrativa, financeira e pedagógica, tendo em vista a legislação específica de cada setor.

O capítulo I desta Lei trata sobre da Autonomia na Gestão Administrativa, onde no artigo 4, o conselho escolar é citado como componente, juntamente com o diretor e vice-diretor, dos órgãos que exercem a administração dos estabelecimentos de ensino.

Também no artigo 5, que trata da autonomia da gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino, esta é assegurada:

- I - pela indicação do Diretor, mediante votação direta da comunidade escolar;
- II - pela escolha de representantes de segmentos da comunidade no Conselho Escolar;
- III - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade nas deliberações do Conselho Escolar;
- IV - pela atribuição de mandato ao Diretor indicado, mediante votação direta da comunidade escolar;
- V - pela destituição do Diretor, na forma regulada nesta lei.

Nota-se que existe a preocupação em garantir a participação do Conselho, bem como dos segmentos da comunidade que compõe o conselho, na gestão administrativa.

Ainda no Capítulo I, Seção IV, a referida Lei descreve atribuições dos Conselhos Escolares. O Artigo 42, descreve como atribuições do Conselho Escolar: elaborar seu próprio regimento, criar mecanismos e garantir que estes sejam de efetiva participação e democracia, na definição do Plano Integrado da Escola; sugerir modificações no Plano caso seja necessário, divulgar informações referentes a aplicação de recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados; coordenar em conjunto com a direção da escola o processo de discussão, elaboração e alteração do regimento escolar; analisar e apreciar as questões de interesse da escola, entre outras atribuições.

Os artigos seguintes da lei tratam da composição do Conselho Escolar, sendo este composto por número ímpar de Conselheiros, não podendo ser inferior a 5, nem exceder a 21.

No Art. 45 a Direção da escola é apresentada como parte integrante do Conselho Escolar, representada pelo Diretor, como membro nato e, em seu impedimento, por um de seus Vice-Diretores, por ele indicado.

No artigo seguinte, de numero 46, é exposto que todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de cinquenta por cento para pais e alunos e cinquenta por cento para membros do Magistério e servidores.

Sobre a eleição dos representantes, o art. 47 trata que esta se realizará na escola em cada segmento, por votação direta e secreta, uninominalmente, ou através de chapas em eleição proporcional, na mesma data, observado o disposto nesta lei.

Sobre o direito de votar: Art. 48 - Terão direito a votar na eleição: os alunos, os pais, os membros do Magistério e demais servidores públicos em exercício.

A Lei também determina que o Conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação do seu Presidente, do Diretor da escola, ou da metade mais um de seus membros.

Os estudos apresentados neste capítulo vem ao encontro das discussões proporcionadas pelas experiências do Conselho Escolar em estudo, demonstrando a importância de rever e proporcionar a comunidade, mecanismos de participação nas decisões das políticas públicas, tendo em vista as diversidades culturais e históricas de cada localidade.

Também, remete as discussões sobre a participação de cada cidadão, tornando possível repensar a forma como cada um tem participado e contribuído para com a sua comunidade, em prol das demandas existentes.

No capítulo seguinte, serão abordados os procedimentos metodológicos aplicados para a coleta e análise dos dados.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve o intuito de conhecer a participação e as dificuldades do Conselho Escolar na Gestão Democrática na Escola Estadual de Educação Básica Poncho- Panambi/RS. Para realizar a mesma, houve necessidade de escolher uma metodologia a qual é descrita a seguir.

### 2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

A pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa e utilizou o método do estudo de caso, combinado com pesquisa bibliográfica. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões relativas às ciências sociais, e a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

O Estudo de Caso, definido por YIN (1989) afirma ser uma inquirição empírica que investiga fenômenos contemporâneos, dentro de um contexto real, quando o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e várias são as fontes de evidências utilizadas. Neste tipo de pesquisa há obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (FREITAS, 2000).

Já a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros e periódicos, documentos, mapas, fotos. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática, acompanhada de anotações e fichamentos que podem servir de fundamentação teórica do estudo. Conforme GIL (1991), apud SILVA e MENEZES (2001), é assim definida quando elaborada a partir de material já publicado, principalmente livros e artigos, e material disponibilizado na Internet.

O estudo de caso permitiu conhecer o perfil dos membros que compõe o Conselho Escolar, buscar dados referentes à população do município de Panambi, número de matrículas nas três redes de ensino, matrículas de alunos da escola em estudo, realizar comparações entre esses dados, fazer conclusões a partir dos dados coletados.

Os dados foram coletados através de questionário aplicado aos membros do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, Panambi/RS. Utilizou-se como meio de comunicação o e-mail devido ao fato de que a pesquisa de campo

iniciou-se no final do ano letivo, em meados de dezembro, e a Escola/ Conselho não havia mais reuniões agendadas, e ao mesmo tempo não dispunha de tempo durante o dia para visitá-los individualmente em suas casas. Foram enviados emails para todos os membros titulares do Conselho Escolar. Também teve contato via telefone para solicitar retorno dos questionários. Foram coletados dados qualitativos e quantitativos.

Para Pinsonneault & Kraemer (1993) apud Freitas (2000), a unidade de análise pode ser um indivíduo, mas também um grupo, um setor da organização ou a própria organização, entre outras.

Como instrumento de coleta de dados da pesquisa, foi elaborado um questionário (APÊNDICE A) contendo perguntas fechadas e abertas. As primeiras questões foram com o intuito de conhecer o perfil dos representantes que fazem parte do Conselho Escolar, sendo estas perguntas fechadas. As demais questões tiveram o propósito de conhecer a opinião, o comprometimento dos conselheiros diante da sua representatividade no Conselho Escolar, bem identificar quais são e serão as demandas que são discutidas nas reuniões do Conselho Escolar. Também tiveram o propósito de verificar se as demandas estão de acordo com a realidade da escola.

Optou-se por distribuir o questionário a todos os membros titulares que fazem parte do Conselho Escolar da Escola, pois esses representam a Comunidade Escolar.

No mês de novembro entrou-se em contato por e-mail com a diretora da Escola para verificar a possibilidade de realizar o trabalho de campo referente à temática Conselho Escolar na referida Escola. A resposta foi positiva. A partir daí elaborou-se o questionário, e na última reunião do ano foi marcada uma data para envio através de e-mail, já que o ano letivo estava chegando ao fim, assim como dava-se início ao férias escolares.

Para a análise dos dados, foram elaborados quadros e gráficos com os dados coletados, a fim de facilitar a leitura e interpretação, bem como a avaliação da participação do Conselho Escolar nas discussões da escola.

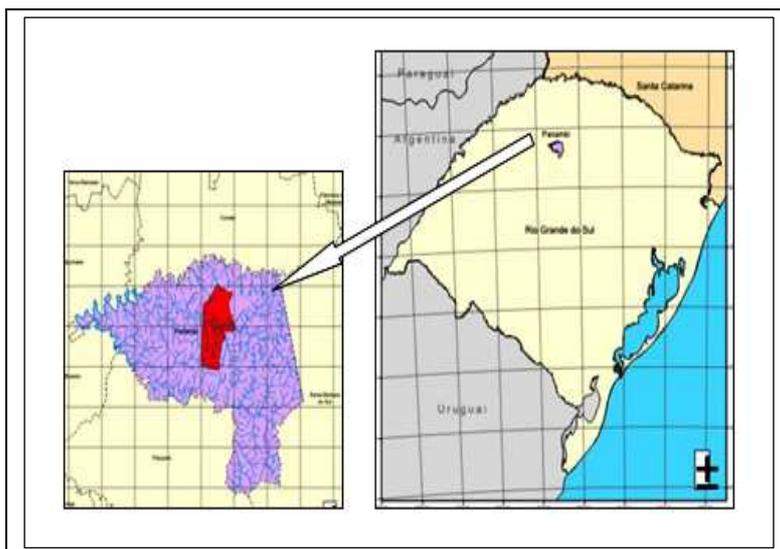
### 3 AVALIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM ESTUDO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DO MUNICÍPIO

A Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde está localizada no município de Panambi/RS. A Figura 1 mostra a localização do município de Panambi no Rio Grande do Sul, município onde a Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde está localizada, e constitui o objeto de estudo sobre a Instituição do Conselho Escolar. Apresenta-se uma breve caracterização do referido município onde a escola encontra-se inserida.

O município abrange uma área de 409,9 km<sup>2</sup> e está localizada no Planalto Médio Gaúcho, região Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul. Está situado nas coordenadas geográficas -28°17'33'' de latitude e 53°30'06'' de longitude, a 418 m de altitude, como mostra a Figura 3. A Sede encontra-se situada numa posição estratégica, pois no município estão o entroncamento de duas das principais rodovias federais do Estado, as BR's 158 e 285, que ligam o Estado de norte a sul, leste a oeste e é limitada pelos seguintes municípios: Condor: 16 km ao norte; Santa Bárbara do Sul: 32 km a leste; Ajuricaba: 42 km a noroeste; Bozano: 38 km a oeste; Pejuçara: 25 km ao sul. A Figura 1 – traz a localização do município de Panambi/RS.

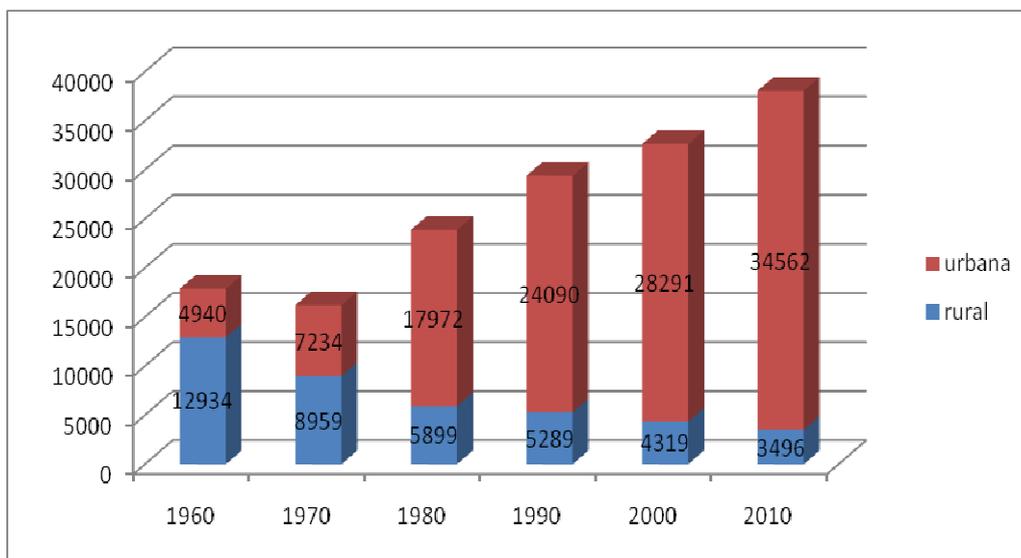
**Figura 1- Localização de Panambi no RS**



Fonte: PANAMBI, Plano de Saneamento Básico (2008).

O município de Panambi/RS possui 38.058 habitantes segundo o último censo realizado (IBGE, 2010). A figura 2 apresenta os dados da população rural e urbana de Panambi/RS.

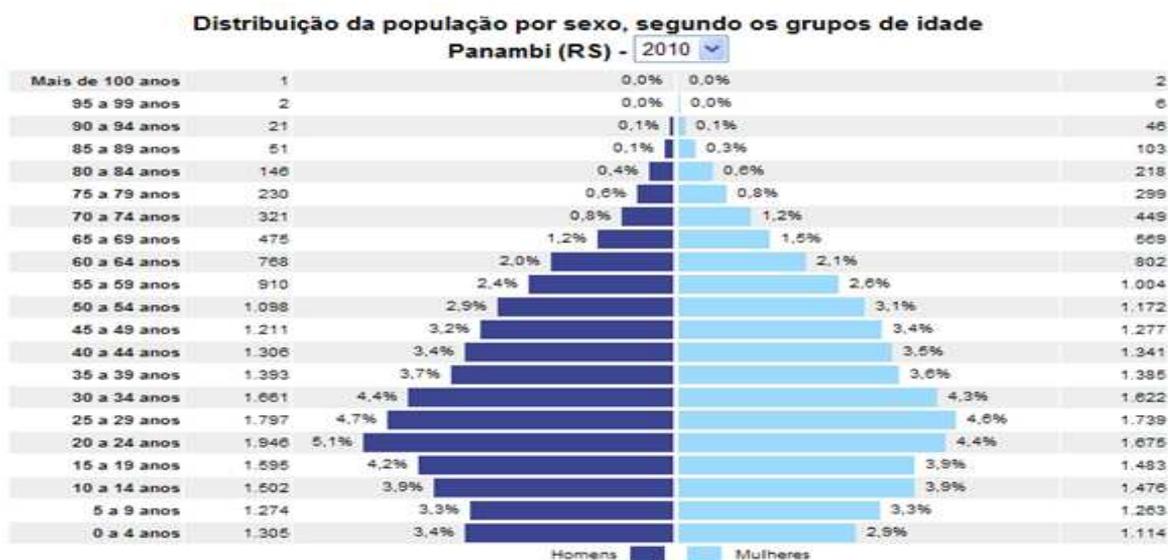
**Figura 2 – População Município de Panambi/RS**



Fonte: IBGE,2010. Elaborado pela autora.

Conforme Malheiros (1980) a partir dos anos 50, houve um considerável crescimento da população urbana e uma constante queda no índice da população rural até meados da década de 80. Na década de 70 a população urbana se eleva acentuadamente, passando de aproximados 5.899 habitantes para além de 17.972 habitantes. De 1980 até aproximadamente o final do milênio (2.000), a população rural manteve-se praticamente estável (4.319), ao passo que a urbana continuou crescendo consideravelmente, chegando a 28.291 habitantes, considerando que em 1960 era de apenas 5.000 habitantes. Atualmente o município de Panambi/RS possui 38.058 habitantes, sendo que desses 9,2% (2.496) da população reside na zona rural e 90,2% (34.562) na zona urbana do município. A Figura 3 apresenta a Distribuição da população panambiense por sexo e idade.

**Figura 3 – Pirâmide Etária da População de Panambi/RS**



Fonte: IBGE, 2010

A Figura 3 apresenta a distribuição da população por sexo, segundo os grupos etários de idade. Nessa pesquisa os dados para análise da Pirâmide Etária foram a faixa etária escolar iniciando na Educação Infantil. Na idade compreendida entre 0 a 4 anos tem-se 2.419 crianças (Censo, 2010). Destas 1.305 (3,4%) são meninos e 1.114 (2,9%) são meninas. O percentual de meninos é maior (0,5%). A idade dos 6 anos aos 14 anos é a idade que meninos e meninas frequentam a Educação Básica. Constatou-se que se tem 2.776 meninos e 2.739 meninas nessa faixa etária. A procura por matrícula na Escola onde está sendo realizada a pesquisa é muito grande, pois é uma escola bem conceituada, segundo dados coletados 90% dos professores possuem curso de graduação e 10% além da graduação possuem especializações.

A Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde foi criada em 15 de abril de 1965 e o município de Panambi emancipou-se em 1954. Portanto essa escola foi criada 9 anos após a criação do município de Panambi/RS. Completou no ano de 2011, 46 anos de história.

Desde a sua criação esta escola vem servindo a comunidade panambiense. O primeiro prédio da Escola foi construído na Rua Paissandu, bairro Vila Nova, porém na mesma década de sua criação, devido a um vendaval, a escola foi destruída. Também neste local ocorreram várias enchentes, sendo que a escola, por várias vezes teve que ser interditada.

Após estes acontecimentos, foi procurado outro local para que a Escola pudesse ser reconstruída. Hoje se encontra localizada no Bairro São Jorge. A Figura 4 mostra a

localização da Escola Estadual de Educação Básica. A Figura 4 apresenta a Localização da Escola em Estudo (destacada com um círculo).

**Figura 4 - Localização da Escola de Educação Básica Poncho Verde**



Fonte: Google Earth. Acesso em 19 nov.2011.

A Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde recebe alunos dos bairros: São Jorge, Erica, Centro, Arco Iris, entre outros. Também possui alunos oriundos da Zona Rural do Município, os quais utilizam o transporte municipal.

Segundo o Instituto MEC/INEP (2010) a escola conta com 1.107 alunos, distribuídos nos três turnos de funcionamento da Educação Infantil ao Ensino Médio. O corpo docente é constituído de 70 professores. A escola conta ainda com 14 funcionários. A direção da Escola está a cargo da professora Áurea da Costa Menegon, assessorada pela equipe diretiva composta por três vice-diretoras, orientadores educacionais e um assessor financeiro.

A Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde é um marco de desenvolvimento no município de Panambi e uma referência de educação estadual pública de qualidade a nível regional. Segundo depoimento da vice-diretora Iria Markus (2001, p.1) “(...) a estrutura da escola existe graças ao esforço e trabalho de muitas pessoas que por ela passaram e pessoas que ainda nela se encontram”. Markus (2001) coloca que como vice-diretora e professora juntamente com os professores, funcionários, Associação do Círculo de Pais e Mestres, e Conselho Escolar carregam um compromisso de realizar um trabalho com

firmeza, dedicação e amor a escola, bem como acompanhar o desenvolvimento, acompanhando as mudanças tecnológicas, pedagógicas, administrativas, que são necessárias para que a Escola seja sempre um Referencial de Qualidade e Competência, e motivo de orgulho para todos que nela passam. Ela continua (...) falar na Escola Poncho Verde implica em conhecer a justificativa da escolha de seu nome. “Poncho Verde” foi o local onde houve a pacificação da Revolução Farroupilha de forma honrosa e digna. Esse nome favorece também o despertar de um interesse maior pelo conhecimento mais aprofundado sobre a história do Rio Grande do Sul (MARKUS, 2001).

Os 46 anos de Escola Poncho Verde caracteriza-se também como anos de luta, de vitórias, de avanços, ideias, de valores e objetivos arduamente defendidos por todos que marcaram a história da Escola de Educação Básica Poncho Verde.

A Escola sempre contou com homens, mulheres e lideranças investidos de coragem, espírito de lutas, amor à verdade, à liberdade e à justiça e democracia.

Foram várias diretoras até o ano de 2011. São eles: Raul Schmidt, Yolanda Müller Longhi, Wally Lehsten, Clarice Hergemöller, Rose Kümmel, Isabel Gabbi, Iria Markus e Áurea da Costa Menegon.

Além das atividades normais de sala de aula, essa preocupa-se com o enriquecimento curricular dos alunos oferecendo atividades diversificadas como teatro, música, canto coral, danças gaúchas, recreio orientado, projetos extracurriculares, ginástica laboral, ginástica aeróbica, voleibol, banda, clube do xadrez, entre outros. Na escola o teatro é desenvolvido desde 1998, sob a coordenação da professora Deici Roseli Weschenfelder até dezembro de 2011. A partir de 2012 assumirá o teatro a professora Onice Soares de Oliveira.

Durante o ano letivo são desenvolvidas programações alusivas as datas de: Páscoa, Aniversário da Escola, Dia das Mães, Dia dos Pais, Festa Junina, Semana da Pátria, Semana Farroupilha, Dia da Criança, Poncho em Cena e Cantata de Natal.

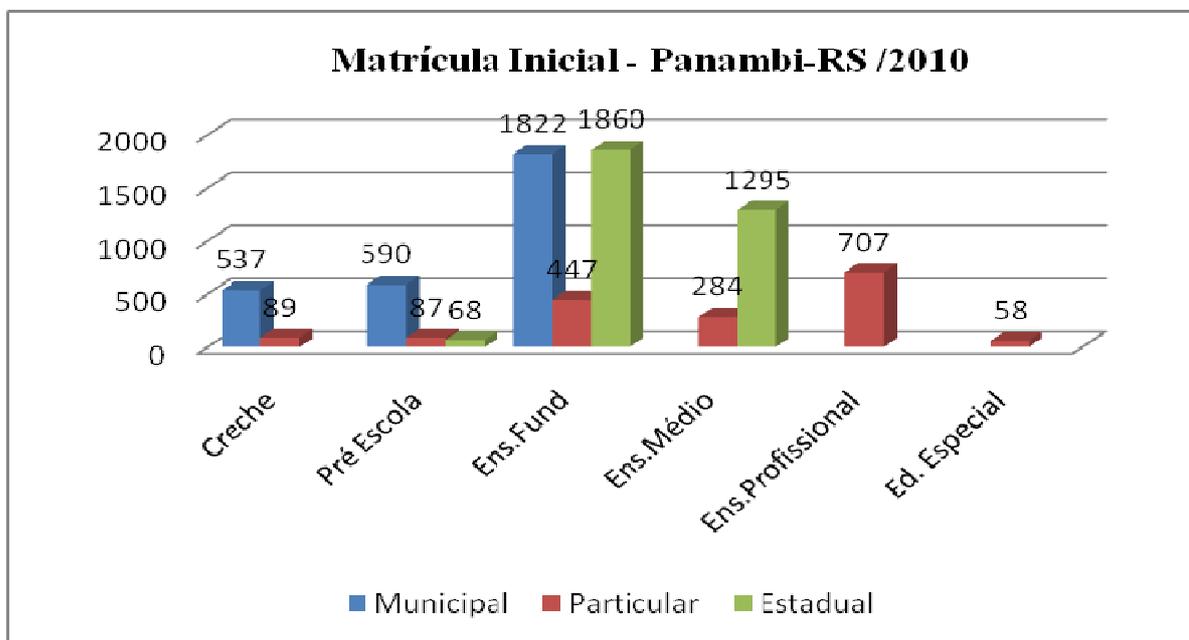
O Projeto Político Pedagógico está alicerçado nos quatro Pilares da Educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer, aprender a conhecer.

Os professores ao planejarem e desenvolverem suas práticas educativas levam em consideração também os códigos da modernidade, são eles: domínio da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e resolver problemas, capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações, capacidade de compreender e atuar em seu entorno social, receber criticamente os meios de comunicação, capacidade para localizar, acessar e usar

melhor a informação acumulada, capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo (AGENDA DO PROFESSOR, 2001).

A Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde é uma das sete escolas estaduais que há no município de Panambi- RS. No município das outras seis escolas estaduais, quatro estão localizadas na zona urbana da cidade e duas na zona rural. O município possui ao todo dezenove escolas municipais, sendo que quinze estão localizadas na zona urbana e três na zona rural. Possui também seis escolas particulares, sendo que destas cinco possuem vagas apenas para a faixa etária da Educação Infantil. A Figura 5 traz dados referentes à matrícula inicial nas três redes de escolas que há no município de Panambi- RS.

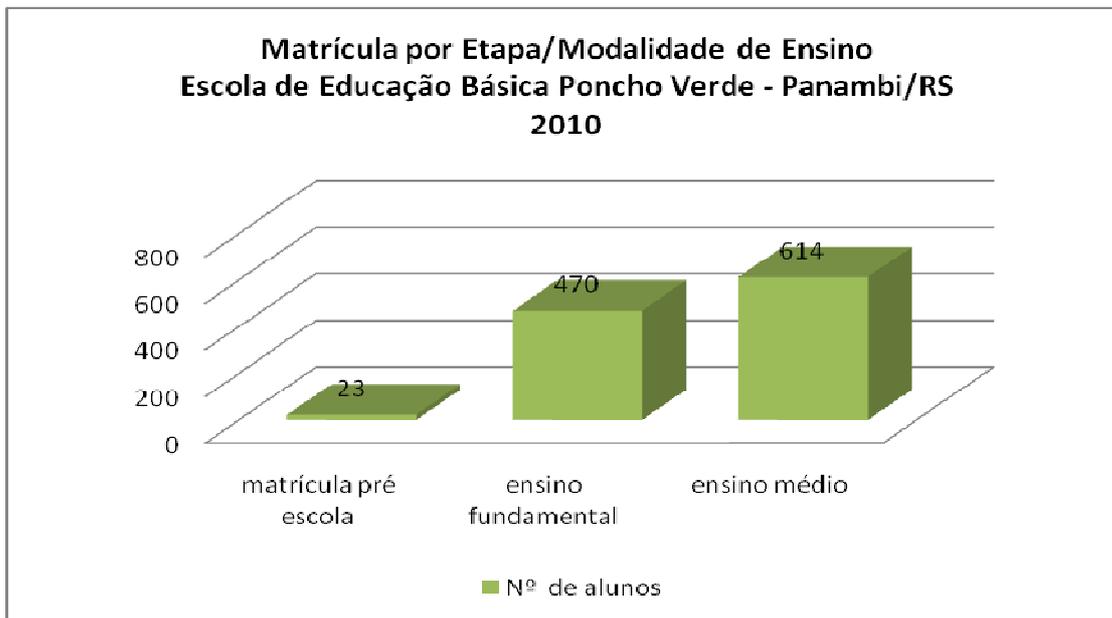
**Figura 5 – Matrícula Inicial: Panambi/RS – 2010**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, Estatísticas, 2010. Elaborado pela autora.

A Figura 6 apresenta o número de matrículas por etapa/modalidade de ensino na Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde.

**Figura 6 - Matrículas Por Etapa/Modalidade de Ensino**



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, Estatísticas, 2010. Elaborado pela autora.

Comparando os dados das Figuras 1 e 2 referente as matrículas das Escolas da Rede Estadual no município de Panambi-RS, tem-se do total destas matrículas, 25,27% das crianças da Educação Infantil, 20,17% dos alunos do Ensino Fundamental e 32,16% das matrículas do Ensino Médio correspondem a matrículas de alunos da Escola Estadual e Educação Básica Poncho Verde.

A partir dos dados das figuras chegou-se a outras análises, tais como: 85,78% das crianças matriculadas na faixa etária creche são atendidas pela rede municipal e 14,21% pela rede particular. Na faixa etária que se refere a pré escola tem-se 79,19% atendidas pela rede municipal, 11,67% pela rede particular e 9,12% pela rede estadual. Em relação as matrículas do Ensino Fundamental, 44,12% são atendidos pela rede municipal, 45,04 pela rede estadual e 10,82% pela rede particular. Quanto ao Ensino Médio, 82,% dos alunos são atendidos na rede estadual e 17,98% pela rede particular.

### 3.2 RESULTADOS E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Conhecer a opinião sobre o trabalho dos representantes do Conselho Escolar de cada segmento representado no Conselho Escolar é pressuposto, no momento de relatar a avaliação da participação nas políticas democráticas na escola pública.

O questionário foi distribuídos a todos os quatorze (14) integrantes titulares e mais o membro nato, do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, em Panambi-RS.

Conforme Seção IV, dos Conselhos Escolares, Art. 40 “Os estabelecimentos de ensino estadual contarão com Conselhos Escolares constituídos pela direção da escola e representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar (Redação dada pela Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001).” (BRASIL, 2001).

Nesse sentido buscou-se apresentar uma descrição da realidade do Conselho Escolar segundo opiniões colhidas dos representantes dos funcionários, pais, alunos e professores. O questionário proposto contou com questões fechadas e abertas que visaram conhecer um pouco do perfil dos representantes no Conselho escolar.

O Conselho Escolar na Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde é composto de 14 integrantes. O diretor ou gestor é representante nato. O segmento dos professores representa 35,7% (5), o segmento dos pais 28,5% (4), o segmento dos alunos 21,% (3) e dos funcionários 14,2% (2). Em maior representatividade estão os segmentos dos professores 35,7% e dos pais com 28,5%.

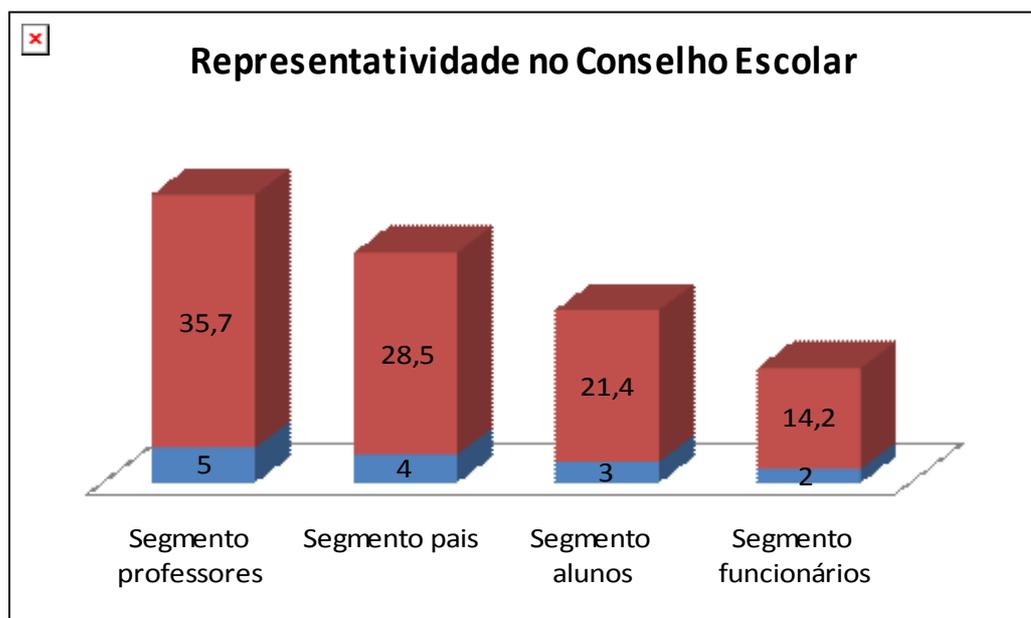
A Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº. 11.695, de 10 de dezembro de 2001, conforme Art. 46 diz que,

Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50% (cinquenta por cento) para membros do Magistério e servidores.

A Figura 7 traz os dados quanto ao percentual de cada segmento representado no Conselho Escolar conforme regras do Regimento Escolar elaborado em conjunto com a Comunidade Escolar.

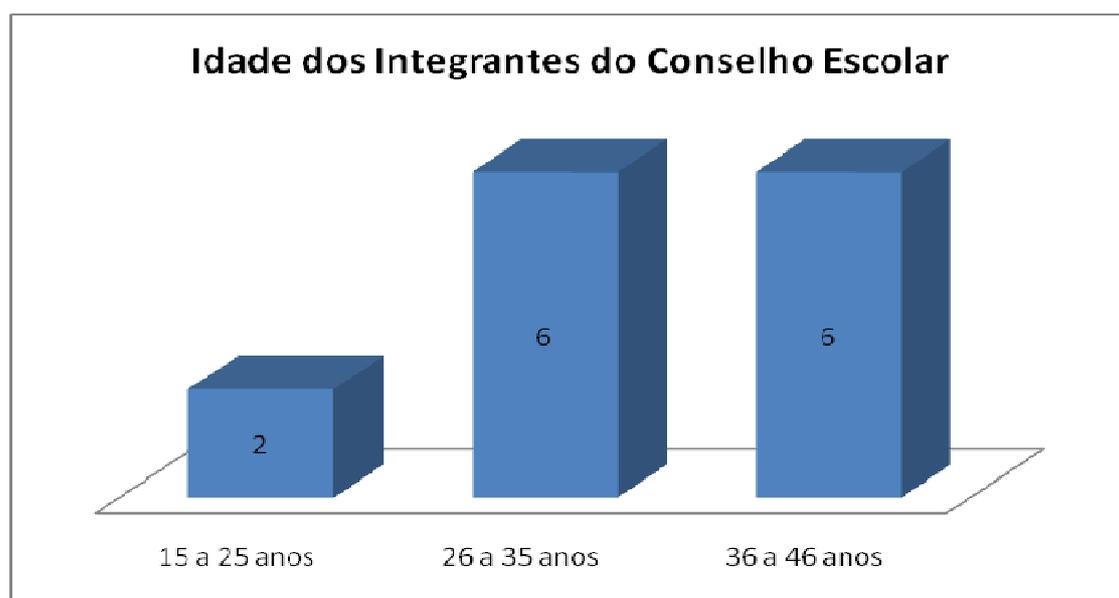
Com relação à proporcionalidade dos integrantes, o Conselho Escolar nesta escola não leva em consideração o Art.46 em nenhum dos segmentos. Ele privilegia o segmento dos professores, com uma representatividade de 35,7%.

**Figura 7 – Representatividade por segmento no Conselho Escolar**



Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo, dez 2011.

**Figura 8 – Idade dos representantes do Conselho Escolar**



Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo, dez 2011.

Dos representantes do Conselho Escolar que responderam ao questionário, dois possuem idade entre 15 a 25 anos, são os representantes dos alunos e estão matriculados no Ensino Médio; seis possuem idade entre 26 a 35 anos, sendo que dois desses pertencem ao segmento de pais e quatro ao segmento de professores; e os outros seis possuem idade entre 36 a 46 anos, sendo que dois representam o segmento dos funcionários, dois do segmento dos pais e um do segmento dos professores (direção da escola). No segmento dos pais temos a profissão de advogada, professora e afazeres domésticos.

O segmento dos alunos através da solicitação do retorno por telefone do questionário, dizem não terem enviado por email o retorno por que estão pouco tempo no Conselho Escolar e não se sentem com coragem de responder, com medo de dizer algo equivocado. Os representantes dos pais, dos professores e dos funcionários que não responderam ficaram de retornar por e-mail, mas até a presente data (9/01/2012) ainda não haviam enviado. Tentou-se entrar em contato através de telefone, esses não atendem. Fez-se várias tentativas, mas o período de férias é complicado. Através das respostas no questionário que foi distribuído, emergiram algumas categorias de análise, as mesmas serão apresentadas em forma de perguntas e serão elencadas “literalmente” as respostas dadas pelos integrantes que responderam as questões.

A Figura 9 apresenta o Percentual de Devoluções dos Questionários referente à pesquisa realizada com os titulares do Conselho Escolar. Dos quatorze questionários distribuídos, retornaram 50% do segmento dos funcionários, 60% do segmento dos professores, 50% do segmento dos pais e 0% do segmento dos alunos.

## Figura 9 – Percentual de Devoluções dos Questionários



Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo, dez 2011.

Seguem Questões e as respectivas contribuições dos titulares que colaboram retornando os questionários com as devidas respostas as perguntas solicitadas.

### a) Quais são as atribuições do Conselho Escolar de acordo com o Regimento?

Participar ativamente das decisões escolar em conjunto com a Direção, Aprovar as compras, os gastos e sugerir aonde possa ser aplicado o dinheiro recebido do estado e CPM, os Casos de indisciplina junto a Direção, fazer encaminhamentos de conversas com alunos, pais e responsáveis buscando o melhor para o aluno e para a Escola (RN, 2011)<sup>1</sup>

Atuar nas decisões da escola, apreciação de contas, atuar nas decisões com relação aos alunos, dentre outras (RF,2011).

(...) participa de todas as decisões da escola, quanto alguma indisciplina de aluno que encaminhado para o conselho, como calendário e gastos da escola (RP, 2012).

---

<sup>1</sup> Foram utilizados as siglas RN- Representante nato no Conselho, RPr – Representante Professores, RP – representante dos pais, RA – Representantes dos alunos, RF – Representante dos Funcionários.

Conforme Art. 42 (BRASIL, 2001, p.10) são atribuições do Conselho Escolar:

- I - elaborar seu próprio regimento;
- II - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do Plano Integrado da Escola;
- III - adentrar, sugerir modificações e aprovar o Plano Integrado da Escola;
- IV - aprovar o Plano de aplicação financeira da escola;
- V - apreciar a prestação de contas do Diretor;
- VI - divulgar, quadrimestralmente, informações referentes à aplicação dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados; (Redação dada pela Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001)
- VII – coordenar, em conjunto com a direção da escola, o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;
- VIII - convocar assembléias-gerais dos segmentos da comunidade escolar;
- IX – encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição de Diretor da escola, em decisão tomada pela maioria absoluta de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente;
- X - recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar apto a decidir, e não previstas no regimento escolar;
- XI - analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho;
- XII - analisar e apreciar as questões de interesse da escola a ele encaminhadas;
- XIII - apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos da comunidade escolar. (Inciso incluído pela Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001)

Analisando as respostas dados pelos integrantes do Conselho Escolar e contrapondo com o Art.42 da Lei 11.695, de 10 de dezembro de 2001, verifica-se que as respostas mencionadas estão de acordo com a legislação vigente. O Conselho Escolar já tem seu Regimento próprio desde 1997, se reúnem mensalmente, discutem assuntos diversos relacionado ao administrativo e ou pedagógico.

b)De que forma foi escolhido como representante do segmento?

- O Diretor sendo eleito pela comunidade escolar é participante direto do conselho (RN, 2011).
- A escolha dos representantes é por meio de votação, cada um por seus pares, eu fui escolhida no segmento dos professores (RP,2011).
- A escolha aconteceu através de votação (RF,2011).
- Escolha através de votação na reunião de CPM (RP, 2011).

No Art. 44 da Lei nº 11.695/2001 diz que o “Conselho Escolar será composto por número ímpar de conselheiros, não podendo ser inferior a 5 (cinco), nem exceder a 21 (vinte e um). No Regimento da Escola de Educação Básica Poncho Verde consta nº ímpares para o segmento dos pais e alunos e ímpar para o segmento dos professores e funcionários.

O Art. 47 trata de como deve ser organizada a eleição para escolha dos representantes do Conselho Escolar. Esta deve ser por votação direta e secreta, uninominalmente, ou através de chapas em eleição proporcional, na mesma data, observado o disposto nesta lei (BRASIL,2001). No Parágrafo 1º - diz o seguinte:

Se a eleição se realizar através de chapa com proporcionalidade, o total de votos em cada chapa determinará o número de membros que a representará no Conselho Escolar.

Parágrafo 2º - Para efeito de aferição dos nomes eleitos, dentro do critério de proporcionalidade, será observada a ordem de inscrição dos candidatos na constituição das chapas por segmento. (BRASIL, 2001)

O Art. 48 informa quem pode participar das eleições para eleger os membros do Conselho Escolar, ou seja, “os alunos, regularmente matriculados na escola a partir da 4ª série ou maiores de 12 (doze) anos; os pais, ou os responsáveis pelo aluno perante a escola, dos alunos menores de 18 (dezoito) anos; os membros do Magistério e os demais servidores públicos em exercício na escola no dia da eleição.” (BRASIL, 2001, p. 11).

Conforme o Art. 59 – “O mandato de cada membro do Conselho Escolar terá a duração de 2 (dois) anos, permitidas reconduções.” (BRASIL, 2001, p.11).

No Art. 62 - trata da participação do representante eleito pela Comunidade Escolar. Conforme o Parágrafo 1º - “O não-comparecimento injustificado do membro do Conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também, implicará vacância da função de Conselheiro.” (BRASIL, 2001).

O Suplente tem tarefa a cumprir de relevada importância no Conselho Escolar. Conforme Art. 63 - Cabe ao suplente: fazer a substituição do titular no caso que esse não possa comparecer na reunião mensal e completar o mandato no caso de vacância. O Parágrafo único diz “ Caso algum segmento da comunidade escolar tenha a sua representação diminuída, o Conselho providenciará a eleição de novo representante com seu respectivo suplente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância.” (BRASIL, 2001, p.11).

c) Em sua opinião o que significa democratizar a gestão escolar?

O trabalho do gestor e da equipe diretiva quando conta com a participação da comunidade escolar se torna mais eficiente e atende todos os segmentos, pois buscamos a aprendizagem e o bem estar do aluno (RN, 2011).

É trabalhar pensando no todo da escola, na comunidade geral, alunos, pais, funcionários e professores, no bem estar e andamento do trabalho, tendo dialogo, cooperação e participação de todos os segmentos (RP, 2011).

Penso que democratizar a gestão escolar significa dar voz a comunidade escolar, de forma que esta possa opinar, visando garantir processos coletivos de participação e decisão (RF,2011).

Democratizar é dar voz a Comunidade Escolar para esses poderem opinar sobre os destinos da Escola Pública (RP,2011).

Democratizar a educação é gestor e conselho escolar realizarem trabalho participativo, em conjunto, procurando encontrar as soluções para os problemas que vier a surgir, definir as ações e medidas tanto para o pedagógico como para o administrativo. Diante desse princípio deve extinguir o modelo tradicional de gestão do século XX, onde a concentração da autoridade ficava a cargo do gestor, pois, assim, esse era o responsável por todas as decisões dentro da escola.

Democratizar é partilhar o poder através da descentralização até o momento de ser tomadas decisões importantes, que irão influenciar no cotidiano da escola, na consecução de resultados que proporcionem a satisfação de todos os indivíduos que compõem a comunidade escolar.

d) Na seleção do diretor da escola, qual tem sido a função do Conselho Escolar?

O conselho em conjunto com a comissão eleitoral organiza a eleição e trabalha durante o dia e faz a contagem dos votos (RN, 2011).

Na seleção do diretor o conselho escolar acompanha todo o processo e auxilia na organização da eleição ante e durante o dia e participa da contagem dos votos (RP,2011).

O conselho escolar atua junto com a comissão eleitoral, ou seja, auxilia em todo o processo eleitoral (RF,2011).

O Conselho Escolar atua no processo Eleitoral no período que antecede até o final do processo (RP,2011).

Conforme o Art. 45 – “A Direção da escola integrará o Conselho Escolar, representada pelo Diretor, como membro nato e, em seu impedimento, por um de seus Vice-Diretores, por ele indicado.” (BRASIL, 2001).

Compete ao Conselho Escolar conforme Art. 26 da Lei 10.576/95 (BRASIL, 2001): eleger os membros da Comissão Eleitoral para escolha do diretor da escola. Os

membros que fazem parte da Comissão eleitoral serão eleitos em assembleias-gerais dos respectivos segmentos.

e) Os Conselhos Escolares representam a voz da Comunidade. Quais têm sido os principais avanços após a criação do Conselho Escolar na Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde?

O conselho escolar da escola é bem atuante realiza reuniões mensais de estudo, avaliações, aprova calendário, compras e gastos, sugerindo para o plano de aplicação, tudo isso torna o conselho indispensável e bem visto dentro da escola(RN, 2011).

O conselho escolar na escola é muito atuante, e com isso indispensável, participa de todas as decisões em conjunto com a direção da escola, aprovando e sugerindo aplicações para o orçamento, calendário escolar (RP,2011).

O Conselho Escolar auxilia a Escola em todos os âmbitos, pois é a voz maior dentro da escola (RF,2011).

O Conselho Escolar está presente em todas as reuniões para junto com o diretor dar os destinos das verbas, decidir sobre os casos polêmicos, entre outros (RP,2011).

Os avanços são muitos, primeiramente que a Comunidade Escolar<sup>2</sup> local pode opinar sobre a realidade local. Esta também pode ser representada pelos seus segmentos tendo voz e vez nas demandas em relação ao administrativo e pedagógico, entre outras.

f) Quais as dificuldades encontradas quanto à participação da representatividade dos segmentos no Conselho Escolar nas reuniões?

Não encontramos dificuldades, os nossos encontros é uma vez por mês na quarta feira a noite, e quando um representante não pode participar o suplente assume (RN, 2011).

Não encontro dificuldades em participar das reuniões, porque são marcadas com antecedência e temos dia certo, reservado para as reuniões (RP, 2011).

A escolha dos membros, pelos depoimentos são realizados de forma pacífica e democrática. Não há dificuldades quanto a participação dos integrantes nas reuniões.

---

<sup>2</sup> Comunidade Escolar - o conjunto de alunos regularmente matriculados, pais ou responsáveis por alunos menores de dezoito anos, membros do Magistério e demais servidores públicos estaduais, integrantes do Quadro de Servidores de Escola, em efetivo exercício no Estabelecimento de Ensino Decreto nº 36.281, de 20 de novembro de 1995).

g) Como avalia a sua participação no Conselho Escolar.

Eu como Diretora participo de todas as reuniões e gosto da atuação do conselho e da minha participação, pois o trabalho se fortalece com a participação de todos (RN, 2011).

A participação no conselho acho muito valida e de um crescimento pessoal, em poder conhecer um pouco mais como funciona outros segmentos da escola, não só a sala de aula (RP,2011).

Eu procuro participar sempre das reuniões colocando minha opinião sempre que acho necessária RF,2011).

Sempre participo, opinando e propondo soluções, dando voz ao segmento que represento (RP,2011).

Os que responderam a questão consideram de relevância a sua participação no Conselho Escolar, dizem estar aprendendo a participar e colaborar com a Escola.

h) Quais têm sido os desafios do Conselho Escolar neste ano de 2011? E o que o Conselho considera desafio para o próximo ano?

Trabalhar com a evasão e repetência dos alunos do noturno principalmente do 1 ano. E para 2012 é trabalhar a re-estruturação do ensino médio proposto pelo governo estadual (RN, 2011).

Como em qualquer escola diminuir o índice de repetência e de evasão de alunos principalmente no ensino médio, no primeiro ano diurno e noturno, e agora para o ano de 2012 a nova estrutura para o Ensino Médio (RP,2011).

Para o ano de 2012 os desafios do Conselho Escolar serão de grande relevância, pois as escolas precisam re-estruturar o Ensino Médio, de acordo com as normas propostas a nível superior.

Os pais são informados sobre o que acontece nas reuniões do Conselho Escolar por meio de reuniões. Os que responderam avaliam esta modalidade uma ótima forma, mesmo que não consigam atingir 100% da comunidade, mas a maioria é informada.

Os que retornaram o questionário dizem ter conhecimento da lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995.

Através destes questionários foi possível verificar, conforme as palavras de Benevides (1991) que, a institucionalização de práticas de participação popular permitem que haja um maior interesse da parte da população, em sentir-se envolvido com questões e assuntos que lhes dizem respeito diretamente, e sobretudo, de manter-se informado sobre os acontecimentos.

Vários são os aspectos positivos da implantação e funcionamento do Conselho Escolar nesta comunidade, tais como as decisões que refletem os diferentes interesses e visões existentes na mesma comunidade escolar e dos diversos segmentos envolvidos, maior capacidade de fiscalização e controle sobre a execução de políticas educacionais, maior transparência nas decisões e a garantia de que estas serão tomadas coletivamente, também garante espaço para que pessoas e segmentos da comunidade escolar possam expressar ideias e necessidades, contribuindo desta forma para a discussão de problemas e busca de soluções.

Porém, quando se revela a participação efetiva de cada um dos segmentos escolares nos espaços de participação, como é o caso do Conselho Escolar, alguns pontos negativos se revelam. Participar não é somente estar de corpo presente, marcar presença no local. Necessita-se de uma participação efetiva, onde cada segmento possa expressar sua opinião sobre assuntos debatidos, assim como ouvir a opinião dos demais segmentos, pois todos estão em busca dos mesmos objetivos e propósitos.

A escola, em sua função social, constitui-se em espaço de socialização do conhecimento, este indispensável na formação e inserção dos indivíduos nas relações sociais. A construção de uma escola onde a participação seja uma realidade depende da ação de todos. O Conselho Escolar da Escola Estadual Poncho Verde- Panambi/RS, tem levado a comunidade escolar a proposta de participação. Nesse processo, os diferentes segmentos que compõem a escola tem buscado criar esse espaço de participação, tão necessário e fundamental para o exercício do aprendizado democrático, na formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

A superação de processos centralizados de decisão implica em discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos e orientado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola. É preciso criar não somente espaços de discussões e debates que possibilitem a construção coletiva, mas também sustentar espaços que favoreçam a participação.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da presente pesquisa foi “Avaliação do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, Panambi/RS”.

O objetivo geral consistiu em: verificar a participação do Conselho Escolar da referida escola. Os objetivos específicos consistiram em: Caracterizar o Conselho Escolar; Coletar dados referentes aos objetivos e participantes do Conselho Escolar; Citar desafios encontrados pelos participantes do Conselho; Verificar como é a relação do Conselho Escolar com a comunidade escolar; Verificar de que forma é realizada a participação do Conselho Escolar; Analisar as contribuições da participação do Conselho Escolar, com vistas à qualidade da educação.

Para tanto, o objetivo desta pesquisa voltou-se para a busca de respostas em relação aos avanços e dificuldades encontradas na participação do Conselho na comunidade escolar, com o intuito de perceber como está sendo conduzida esta participação, se ela é válida ou aonde é possível melhorar para que a participação possa ser uma realidade.

Esta pesquisa representa uma contribuição muito importante para a Escola e para a comunidade panambiense, no sentido de avaliar como o Conselho Escolar tem obtido avanços, tratando-se da prática participativa que se espera ter. Também traz a tona alguns pontos relevantes que ainda necessitam aprimoramento, para que a participação da comunidade possa ser uma realidade e não somente um objetivo.

Através da pesquisa constatou-se que o Conselho Escolar foi instituído na Escola a dezenove (19) anos. As reuniões são previamente agendadas, ocorrem uma vez por mês na quarta-feira, no período da noite. Quando o titular não pode comparecer na reunião mensal, ele solicita ao seu suplente, o que é um ponto positivo, pois sempre há quorum para a realização das reuniões.

Os principais avanços obtidos com a Instituição do Conselho Escolar é que na própria Escola é possível compartilhar as diferentes ideias e situações que surgem no cotidiano da escola. Os problemas que surgem são compartilhados com os vários segmentos que estão representados no Conselho Escolar e juntos buscam uma solução para cada caso que surge na Escola. A direção da Escola deixou de “carregar” sozinha todas as decisões que a

mesma precisa decidir no dia-a-dia. As decisões são compartilhadas pelos segmentos que são representados, pois este possui Regimento Próprio do Conselho Escolar desde o ano de 1997, e tem as seguintes funções: consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas administrativo-financeiras.

Porém percebeu-se que ainda há necessidade de estímulos para o desenvolvimento de uma cultura de participação e de comprometimento do segmento dos pais e dos alunos com a escola pública. Afirmando isso porque apenas 50% do segmento dos pais responderam ao questionário e 100% do segmento dos alunos também não responderam. Em relação às dificuldades, os representantes do Conselho Escolar que responderam ao questionário dizem não ter dificuldades, participam, contribuem com suas opiniões procurando sempre representar o segmento que o elegeram.

Percebi que há dificuldade, porque os representantes dos alunos não responderam ao questionário e não se acharam capacitados para tal, ficaram com medo de responder algo equivocado. Essa informação foi obtida através de contato telefônico após perceber que nenhum aluno havia respondido o questionário enviado através do email. Dizem que estão a menos de seis meses participando do Conselho Escolar. Participar do Conselho não significa apenas estar de corpo presente, é necessário que cada representante tenha voz e vez, mesmo nem sempre acertando.

A pesquisa encontrou dificuldades devido ao curto espaço de tempo para a pesquisa de campo e aplicação do questionário, realizadas no final do ano letivo, e início das férias escolares.

Nesse processo de participação, o papel do gestor e da sua equipe na escola é de fundamental importância, pois os mesmos devem agir como lideranças, enquanto catalisadores e integradores dos esforços dos demais envolvidos nesse processo de construção da gestão democrática na escola.

Dentro deste tema, outras formas de participação poderiam criar diferentes formas de debates. O Conselho Escolar pode beneficiar-se com a existência de outros espaços de participação como grêmios estudantis, associações de pais, funcionários. Essas vivências de participação e discussão fortalecem o Conselho Escolar e sua organização política, contribuindo para a aprendizagem da função política da educação e para o aprendizado do jogo democrático.

Também a motivação que levou os membros representantes dos vários segmentos do Conselho Escolar, a participar deste, precisa ser debatida, para que se possa perceber a importância que a comunidade tem encontrado no Conselho Escolar.

Assim tem-se que a autonomia e democratização da educação, bem como a construção da gestão democrática exigem a participação dos diferentes segmentos. As formas de escolha e participação constituem importante passo para a democratização dos processos decisórios, do aprendizado coletivo e partilhamento do poder.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Romeu Carlos Lopes de. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: uma abordagem organizacional, por gerenciamento de projetos.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular.** São Paulo, Editora Ática S.A, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.) e MOSCAROLA (J.). O método de pesquisa survey. São Paulo/SP: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105-112

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. **Elaboração e Avaliação de Projetos.** Especialização em Gestão Pública Municipal. Departamento de Ciências da Administração: UFSC. CAPES: UAB, 2010

HEMPE, Cléa. **Relato de Experiência.** Banco de Experiência dos Conselhos Escolares. Disponível em: <<http://bancodeexperienciasce.mec.gov.br/relato/lista>>. Acesso em: 14 out 2011.

IBGE. **População.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 18 set 2011.

LÜCK, Heloísa [et al]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A,1998.

MILL,John Stuart. **O Governo Representativo.** Trad. de Manoel Innocêncio de L. Santos Jr. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1981.

MINAYO. 2001. [http://www.fen.ufg.br/revista/revista7\\_2/original\\_08.htm](http://www.fen.ufg.br/revista/revista7_2/original_08.htm)

PANAMBI. **Documentário N° 1 do Conselho Municipal de Educação de Panambi.**

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 36.281, de 20 de novembro de 1995.** Regulamenta a designação para as funções de Diretor e Vice-Diretor de Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, de que trata a Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995 e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 10.576, de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº. 11.695, de 10 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras Providências.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão Democrática e Participativa**. Especialização em Gestão Pública Municipal. Departamento de Ciências da Administração: UFSC. CAPES: UAB, 2010

SILVA, Educaro Moreira da. CUNHA, Eleonora Schettini Martins. (Org). **Experiências internacionais de participação**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Edna Lucia da. MENEZES, Estera M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. UFSC: Florianópolis: 2001.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO CONSELHO ESCOLAR

Eu sou Cátia Regina Hempe Kettermann, aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, estou em fase final e meu tema de pesquisa é sobre a Gestão Democrática e Participativa, especificamente o caso dos Conselhos Escolares. Venho através deste questionário solicitar a sua contribuição para responder o mesmo, com certeza suas experiências serão muito ricas para complementar minha pesquisa. Desde já agradeço a todos os representantes dos vários segmentos que fazem parte do Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde, pela contribuição e dedicação em colaborar com a minha pesquisa.

1-Idade:\_\_\_\_\_ 2- Segmento que representa no Conselho Escolar:\_\_\_\_\_

3- Quanto tempo participa do Conselho Escolar: \_\_\_\_\_

4- Quais são as atribuições do Conselho Escolar de acordo com o Regimento? \_\_\_\_\_

5-De que forma foi escolhido como representante do segmento?\_\_\_\_\_

6 – Na sua opinião o que significa democratizar a gestão escolar? \_\_\_\_\_

7 – Na seleção do diretor da escola, qual tem sido a função do Conselho Escolar? \_\_\_\_\_

8 – Conheces a Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995? ( ) sim ( ) não

9 - Os Conselhos Escolares representam a voz da Comunidade. Quais têm sido os principais avanços após a criação do Conselho Escolar na Escola Estadual de Educação Básica Poncho Verde? \_\_\_\_\_

10 – Quais as principais competências do Conselho Escolar na Escola de Educação Básica Poncho Verde? \_\_\_\_\_

11 – Quais as dificuldades encontradas quanto à participação da representatividade dos segmentos no Conselho Escolar nas reuniões? \_\_\_\_\_

---

---

---

12 – Como avalia a sua participação no Conselho Escolar. \_\_\_\_\_

---

---

13 – Quais têm sido os desafios do Conselho Escolar neste ano de 2011? E o que o Conselho considera desafio para o próximo ano? \_\_\_\_\_

---

---

---

14 – De que forma a Comunidade Escolar é informada sobre o que é tratado no Conselho Escolar? \_\_\_\_\_

---

15 – Como esta forma de participação da comunidade e dos diferentes segmentos é vista? Ela é Positiva ou Negativa da forma como vem sendo trabalhada? \_\_\_\_\_

---

---

16 – Acredita que esta é uma forma eficaz de participação? Qual sua opinião sobre esta forma democrática de participação. \_\_\_\_\_

---

---

---

Obrigado pela colaboração na pesquisa!